

O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NA COMUNICAÇÃO: PARA UMA ABORDAGEM PÓS CONVENCIONAL DO CONCEITO DE REDES CULTURAIS

João Carlos Ferreira Correia

1. Introdução

Neste texto, propomos uma abordagem pós-convencional dos conceitos de “cibercultura”, “rede”, “identidade” e “globalização”. Esta abordagem levanta três problemas fundamentais. Um primeiro problema é *político*: qual o modelo de globalização cultural com que nos confrontamos hoje? É um modelo de globalização homogeneizadora ou é um modelo de diálogo multicultural? A globalização, na sua configuração atual permite o reconhecimento das culturas periféricas, nomeadamente o acesso ao reconhecimento e protagonismo nas indústrias culturais e criativas?

Outro dos problemas é eminentemente conceptual: faz sentido, a partir da modernidade tardia contemporânea, marcada pela presença de uma multiplicidade de pretensões identitárias, recorrer à noção de uma cultura humanística, recuperando a ideia de formação (*paideia*) proveniente dos clássicos e distinguindo-a do conceito antropológico de cultura? Qual foi o impacto das indústrias culturais, das indústrias criativas e da cibercultura nestas divisões tradicionais?

O terceiro problema reúne ambos os tipos de questões abordadas nos anteriores, isto é questões conceptuais e políticas. Será produtivo uma operacionalização da

análise comparativa das especificidades e das convergências entre estudos europeus e sul-americanos que compreenda as diferenças históricas, sociais e culturais que determinaram formas de aproximação distintas às relações entre cultura, comunicação e cidadania, integrando essas diferenças no pensamento sobre o modelo articulador das identidades que praticam a lusofonia.

Tais problemas são observados tendo em conta processos comunicativos, lutas simbólicas e processos de debate bem como o papel atribuído à ideia de reconhecimento enquanto elemento central nas estratégias de construção de uma comunidade cultural baseada na partilha de uma língua comum que acompanha experiências históricas e identitárias diferentes. Considera-se, finalmente, a oportunidade proporcionada pela posição semiperiférica de Portugal para o desenvolvimento de uma análise que acople a referência ao “Sul” e às diferentes especificidades que o mesmo comporta, no Sudoeste da Europa e na América do Sul.

2. Comunicação, desenvolvimento e globalização: as redes culturais

Ao longo da difícil e complexa história das teorias da comunicação pode reconhecer-se a existência de três grupos de teorias, demasiadamente heterogêneas para poderem talvez configurarem paradigmas mas suficientemente próximas para poderem ser consideradas coerentes entre si. Um primeiro grupo seria essencialmente centrado na transmissão de informação. Reduz os processos de significação à sua dimensão puramente transmissiva. Mesmo nas suas variantes mais sofisticadas não chegou a afastar-se do problema da influência sobre o recetor (Lasswell, 2009, pp. 51-63). Esta visão da comunicação limitar-se-ia à seleção dos meios mais eficazes para atingir determinados recetores, identificando-se pois com a clareza da mensagem, a correção do código e o afastamento da entropia, através do afastamento da diferença.

No plano das relações entre culturas distintas, este grupo de teorias orienta-se segundo um modelo de influência destinada a provocar inovação nos sistemas sociais de países considerados menos desenvolvidos, de modo a que

estes seguissem os padrões de consumo e de produção dos apontados como mais desenvolvidos. Os meios de comunicação deveriam ser utilizados para transmitir os valores da modernidade vigentes, nomeadamente nos Estados Unidos e no Centro e Norte da Europa.

Seguidamente, como reação ao primeiro, refere-se o grupo de teorias que criticam os fenómenos de desigualdade que estão na origem da influência e da manipulação. Num ponto de vista mais global, expressam-se no paradigma da dependência segundo o qual o subdesenvolvimento estaria relacionado com a subordinação dos países do então designado terceiro mundo no contexto da economia mundial e a sua consequente subordinação no plano da ordem internacional da informação. Este modelo surge associado ao contexto histórico de crítica do imperialismo e do movimento anticolonialista e a sua análise crítica manifesta-se ao contexto académico pela presença dos Estudos Culturais e da Comunicação Comunitária desenvolvida na Europa e América do Sul, bem como em alguns trabalhos influenciados pelos Estudos Culturais e pela Economia Política dos Media. (Garnham, 2006; Herman e Chomsky, 2002; Chomsky, 2012).

Traduz-se na reivindicação de novas práticas populares de relacionamento comunicativo e de circulação e troca de produtos culturais. Alimentado por postulados críticos de origens diferenciadas afirma a necessidade de contrariar as desigualdades nas relações entre países, que em essência, são a causa principal do subdesenvolvimento.

Em terceiro lugar, surge um paradigma alternativo de pendor dialógico, com ênfase na participação dos cidadãos e no conceito de esfera pública que coloca o reconhecimento como um elemento estruturante do ordenamento político, jurídico e institucional, seja no plano interno, seja no plano externo. A comunicação surge entendida como um processo orientado para a capacitação dos cidadãos e das diferentes culturas como protagonistas e sujeitos responsáveis pelo próprio processo. Surgiu ainda associado à dimensão ritual da comunicação (Carey, 2006) como processo cultural e rejeitou a visão imanente ao paradigma dominante, centrado na comunica-

ção como informação. (Caune, 2008). Todavia, expressa-se em fórmulas diferentes dos Estudos Culturais e da comunicação comunitária, apesar das suas proximidades. Este paradigma enfatiza mais componentes deliberativas do que participativas e frequentemente tem a sua filiação num tipo de reflexão devedora da filosofia kantiana e do pragmatismo, como acontece no caso de Habermas (1987/2012), provavelmente o seu teórico mais conhecido. A comunicação retoma o ênfase na interação social, dando coesão às legítimas preocupações dos grupos sociais, particularmente dos menos privilegiados, permitindo-lhes a descoberta de sua própria situação estrutural, a identificação de problemas e a busca de soluções. Neste último grupo de teorias existem pontos de vista ancorados em conceitos diferentes. Por exemplo, o conceito de reconhecimento (Honneth, 1987) por exigir horizontes de significação comum (Taylor, 2003, p 31) articula-se melhor com a ideia de comunidade, verificando-se que esse subconjunto deste grupo de teorias convergirão nalguns pontos com o grupo anterior. A pluralidade dos espaços públicos e os interesses específicos de alguns grupos excluídos (Frazer, 1992) também autorizará alguma dessa convergência com o grupo anterior. Já a reivindicação de uma democracia regida por procedimentos deliberativos que integram a ordem jurídica assegurando processualmente a racionalidade e legitimidade da deliberação através de uma norma que resulta de um processo alargado de debate democrático parece ser um caminho especificamente talhado tendo por horizonte político, cultural e jurídico, algumas realidades mais específicas dos países centro-europeus (Habermas, 1997).

Recentemente, desde o final do século passado, somos confrontados com uma tendência que parece surgir de traços contraditórios destes modelos ou paradigmas anteriores. As ciências sociais estão permeadas por uma abordagem positivista característica da racionalidade predominantemente instrumental que se tornou, de novo hegemónica, e, mais recentemente, ressurgiu nas teorias da comunicação, impedindo a percepção da realidade social como construção humana, cuja coesão é tecida através dos sentidos compartilhados intersubjetivamente. Uma certa euforia acrítica sobre

o desenvolvimento tecnológico e o seu impacto na globalização cultural traduziu-se no regresso desta abordagem que, de resto, se torna frequentemente presente em condições históricas e culturais diferentes de cada vez que há uma mutação a nível global no regime de organização do trabalho e da produção.

As recentes perspectivas conservadoras, através de desenvolvimentos teóricos associados aos conceitos elitistas de democracia e à, dissimulam ou mistificam a dimensão simbólica dos processos associados à dominação, à violência, à, resistência e ao conflito. Ao ignorarem a diferenciação e complexidade da racionalidade da ação social do ser humano, substituindo-a pelo fascínio acrítico pela tecnocracia, induzem uma imagem da comunicação esvaziada da sua dimensão relacional e dialógica, reduzida à sua dimensão tecnocrática e performativa, com a participação dos povos reduzida a uma variável estatística traduzida num esforço dito colaborativo. A economia política que acompanha o neoliberalismo revela uma negação do esforço interpretativo, enquanto esforço de compreensão recíproco das culturas e das subjetividades.

Sob o ponto de vista comunicacional e cultural, a especificidade das condições tecnológicas implicou a redução do conceito de “cibercultura” a um produto que surgiu resultante de uma atividade, o uso de rede de computadores. Muitas das noções que gravitam em torno deste conceito de cibercultura continuaram devedoras do ambiente utópico dos primórdios da democratização da rede, num contexto em que a utopia deve muito a uma mescla de individualismo tecno-liberal que, paradoxalmente, se articulou com as conceções elitistas de democracia, plasmando-se numa ordem liberal que se articula com o empobrecimento da esfera pública no plano nacional e, de modo cada vez menos equívoco, no plano mundial.

Estas características do novo paradigma implicam uma conceção metafísica da relação entre o humano e a técnica, na qual esta adquire a noção de instrumento ou utensílio que se limita a ser usado, (des) implicando-se de uma relação dinâmica com a constituição da cultura, relação esta já identi-

ficada por autores tão dispares e importantes como Marx e Engels (1975), Engels (1980), Adorno e Horkheimer (1985), Benjamin (1987), Arnold Gehlen (1993) e MacLuhan (1974) bem como por toda a tradição antropológica.

De acordo com a perspectiva aqui defendida, a afirmação das redes culturais não pode ser concebida num contexto unilateral que contemple apenas a eficácia e o reducionismo tecnológico. Uma noção alternativa de rede já estava presente na ideia de cultura e de técnica como uma prática desenvolvida em comum que possui uma dimensão antropológica, económica, política e social para a qual as Ciências Sociais, nomeadamente a Sociologia da Cultura e a Antropologia já haviam dado o seu contributo. Continua-se a relacionar este conceito com o estudo de vários fenómenos associados (também) à Internet, incluindo questões ligadas à identidade, ou a associá-lo, de modo ainda mais produtivo, na senda de André Lemos (2002), a um ambiente ou a uma formação sociocultural que advém de relações de troca entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias da informação e da comunicação.

Defende-se um núcleo teórico que inclua o reconhecimento da mediação tecnológica e dos usos e apropriações da técnica pelo humano e, simultaneamente, da mediação social, através da noção de reconhecimento e da análise das redes de interação formuladas no contexto de um pensamento crítico inspirado pelo dialogismo (Honneth, 1997). Apesar das barreiras que impedem a discussão dos temas, problemas, questões e reivindicações dos indivíduos, especialmente da periferia da estrutura de poder, reconhecem-se avanços contraditórios ao nível da comunicação, atravessados por constrangimentos mas em que se distinguem relações de tensão que se expressam entre instâncias sociais, políticas e comunicacionais.

Em alternativa a uma visão redutora das recentes transformações tecnológicas culturais, estudos críticos sobre a Internet propuseram um modelo agonístico em relação à cultura da rede. O *software* passou a ser estudado e analisado como um campo de relações sociais em que se desenvolve o discurso online. Criticou-se a natureza mítica de alguma cultura computacional e o reducionismo tecnológico da inteligência artificial. Surgiram debates

sobre os regimes de propriedade do *software*, os riscos corporativos, o “digital divide”, a diversidade cultural e linguística, a busca de parceiros para um modelo económico sustentável para uma força de trabalho maioritariamente independente, a economia política da Internet e a regulamentação da atribuição de domínios. Os seus promotores defenderam a generalização de práticas democráticas para a Internet, através da criação de estruturas independentes e da discussão de regimes de propriedade. (Lovinck, 2009)

Contribuindo para esta outra leitura da Comunicação, da cultura e de uma gramática sobre os direitos que lhe estão associados, considerou-se que a ideia de relação entre tecnologias, sociabilidade pode ser entendida de forma mais produtiva usando o conceito pós-convencional de “redes culturais”.

Esta abordagem pós convencional da cultura, da comunicação e da sociabilidade, apesar de ser objeto de formulações diversas, apresenta algumas características comuns na consideração do papel da comunicação na relação entre culturas.

- a. Abandono da conceção instrumentalista da técnica como um simples auxiliar que se limita a depender da sua utilização.
- b. Enfatização da dimensão relacional que alerta para os usos e apropriações dos artefactos tecnológicos e remete para a sua importância na constituição de uma forma humana de sociabilidade.
- c. Uso da noção de rede como um espaço entre agentes e entre fenómenos.
- d. Consciência da desigualdade como elemento que perverte um encontro insistentemente referido, por vezes de modo totalmente, acrítico, como globalmente democrático.

3. Cultura enquanto rede

A importância do conceito de rede foi, com certeza, influenciado, pelas tecnologias digitais mas está muito além da sua dimensão tecnológica. A cultura no sentido humanístico não pode ser dissociada da sua origem num

particular ideal de melhoria do humano e da sociedade, no sentido do seu aperfeiçoamento individual, através da formação (*Paideia*). Todavia, tal como se disseminou, esta ideia de cultura incluía o estabelecimento de um padrão. Por isso, a cultura humanística foi marcada por três traços: otimismo (crença na plasticidade ilimitada das características humanas), universalismo (crença num ideal aplicável a todas as nações, lugares e tempos) e etnocentrismo, isto é, a crença de que o ideal formado na Europa do século XVIII representava o modelo da perfeição humana. (Bauman, 1999, p. 29). Todavia, à medida que a globalização expandiu o comércio, a economia e os produtos culturais do Ocidente, este foi crescentemente confrontado, ainda que a contragosto, com a sua relatividade e com os seus limites,

A partir do século XIX, a palavra cultura tendo como suporte a conceção antropológica, tornou clara a divisão do mundo em diferentes contextos culturais, igualmente valiosos. Todavia, o estudo das diferenças e dos contextos não tem por consequência necessária um relativismo contextualista que afinal se torna ele próprio inimigo do diálogo das culturas, por lhe atribuir uma forma especial de essencialismo. Os estudos sobre os contextos culturais permitiram dar conta das questões associadas ao reconhecimento e à relação. A tradição só é viva quando é uma forma de diálogo que convoca propostas de diversos contextos culturais. A reificação da tradição, isto é a sua transformação em algo inerte, ou pura e simplesmente museológico, cercado por muros que garantiriam a sua “pureza” constituiria uma das suas formas possíveis da sua tragédia e fenecimento. O estudo das diferenças e dos contextos não tem por consequência necessária um relativismo que, afinal, se torna ele próprio inimigo do diálogo das culturas, por configurar uma forma especial de essencialismo. Hoje o conceito de cultura não se refugia num mundo de essências para estabelecer um cânone válido para todos os tempos e os lugares. Este conceito já se confrontou com o seu momento crítico e reflexivo e daí as exigências de democratização e de libertação de várias gramáticas e dialetos possíveis.

As indústrias culturais refletem as marcas e um processo de globalização em que a hegemonia dos principais centros de produção (por exemplo, Hollywood, Nova Iorque, Paris, Milão, Londres, Dublin, Berlin e Silicon Valley) desempenharam papel crucial. Porém, a reflexão em torno do conceito de império de Negri e Hardt (2004) ou sobre o fim do poder por Moisés Naim (2013) revela que, tal como as empresas e os estados, no universo da cultura, os centros de produção continuam “centrais”. Mas, são-no cada vez mais por menos tempo, configuram-se como mais dependentes de outros centros e carecem mais e mais de estabelecer relações e de obter reconhecimento para poderem confirmar a sua centralidade. Nesse sentido, podem originar relações menos tradicionais e mais fluidas. Simultaneamente, a natureza específica das indústrias culturais e criativas exatamente pela exigência de criatividade, pela necessidade de abertura a formas de racionalidade estético-expressiva, faz com que a imposição do modelo de gestão que gerou a crítica da racionalidade instrumental seja muito mais problemática. (Hesmondhalgh e Baker, 2011). Se é verdade que a industrialização foi acompanhada por processos de uniformização industrial que tornaram mais evidentes a imposição ao domínio da cultura de imperativos sistémicos de natureza burocrática e mercantil, não é menos verdade que a produção estética e cultural se distingue pela necessidade de mobilizar energias inovadoras e criativas de natureza específica. No Manifesto, Marx e Engels, na sua descrição do surgimento do capitalismo, já enfatizam a sua capacidade inovadora e criativa expressa na Renascença e na Literatura Inglesa do tempo da Revolução Industrial. (Marx e Engels, 1975, p. 65-66). As grandes transformações económicas globais foram sempre acompanhadas por uma dialéctica entre processos inovadores e criativos e a emergência de novos processos de dominação instrumental do homem, da cultura e da natureza.

O facto de isto se poder tornar uma oportunidade para o reconhecimento e a visibilidade é um processo, nunca um dado à partida. As indústrias culturais e as indústrias criativas (estas, mais sensíveis do que as primeiras à fragmentação e à segmentação) conferiram visibilidade a segmentos

de mercado que provavelmente ficariam arredios, afastados dos mesmos processos: desde os anos 50 com os cruzamentos entre géneros musicais, a atenção conferida às músicas das periferias, explosão da *world-music*, o despertar do interesse pelo cinema e pelas literaturas sul-americanas, mediterrânicas, africanas e asiáticas, as fusões entre géneros que são também misturas de culturas, como acontece no estabelecimento de as relações entre o fado e a música clássica (vejam-se Carlos do Carmo e Maria João Pires), do fado com o jazz (Mariza) e a música africana e, mais recentemente, a partir das s perplexidades identitárias que se configuram nas formas de expressão literária, visual e audiovisual no decurso do aparecimento de linguagens e formas de expressão multi-mediáticas, entramos, mais uma vez, num processo que transcende uma divisão simplista entre os tradicionais mecanismos de hegemonia cultural (de tipo colonial ou imperialista) versus exaltação da famosa libertação dos dialetos referida pelos pós-modernos. Seria um reducionismo grosseiro, classificar o encontro entre Sinatra e João Gilberto, entre o Jazz e a Bossa Nova, como uma pura apropriação cultural pela máquina reprodutora da hegemonia capitalista. Da mesma forma, será ingénuo fazer desses fenómenos, paradigmas de uma espécie de essência emancipatória que seria intrínseca ao encontro de culturas.

Sem que nos confinemos ao determinismo tecnológico, este fenómeno acelera-se na época dos videojogos, da largura de banda, do embaratecimento da memória digital. Uma das lutas que valerá a pena observar será a que se vai desenvolver entre os partidários do open source e a imposição de uma lógica global corporativa. Demonstra que o universo cultural é suficientemente contraditório e atravessado por sensibilidades peculiares, acentuando a sua dimensão reticular. Um dos grandes desafios será o de estabelecer diálogos e relações sem provocar a dissolução das identidades e, ao mesmo tempo, preservar as identidades sem esquecer a dimensão do diálogo: neste sentido, o jogo da cultura é aparentemente um jogo democrático.

Porém, só os mais ingénuos poderão ignorar o modo como esta aparência, apesar de ser mais do que “pura aparência” ou “ilusão”, está ameaçada

por comportamentos estratégicos que visam a dominação e a objetivação dos significados, através de imperativos sistémicos em que continua a sobressair o mercado. Apesar das múltiplas desconfianças, a lusofonia, ou qualquer projeto similar construído pela partilha de uma língua comum é um projeto que deve ser olhado com esta dimensão de reconhecimento da sua complexidade. A necessidade de massa crítica e o esforço de visibilidade que decorre num dos mais competitivos mercados do mundo exige uma infinita paciência no estabelecimento de projetos e de parcerias, na formação de públicos e na construção de referências comuns, nem que sejam as que resultam da diferença que partilhamos.

As relações internacionais entre os povos no âmbito da cultura, num contexto de globalização, são associadas a formas de desenvolvimento que promovem a uniformização e homogeneidade redutoras e que ignoram tradições locais e regionais, especificidades culturais, memória, contextos de reconhecimento. O pensamento crítico reintroduziu o mundo da vida como espaço da cultura quotidiana onde se encontram os horizontes de significação comuns, opondo-o aos imperativos sistémicos, onde predomina a racionalidade técnica e administrativa, vulgarmente associada à tecnocracia. O significado do mundo da vida tem sido marginalizado e esquecido nas discussões sobre identidade até por polémicas de natureza conceptual discutidas em seu torno. Todavia, associado à ideia de reconhecimento, tem a vantagem de retomar as problemáticas da identidade e da transmissão cultural sem despertar alguns arcaísmos regressivos que rodeiam o conceito.

Construir uma comunidade de comunicação e de cultura, necessita de um reconhecimento mútuo em que se chame a atenção para as diversidades contextuais.

No caso sul-americano, verificou-se a predominância tardia de situações ditatoriais de violência extrema perpetrada pelo exército e forças paramilitares que conduziram ao recuso à resposta armada (situações que, pelos vistos, deixaram alguns saudosistas acantonados na busca de um primeiro pretexto); um processo de acumulação capitalista dependente do exterior e

pela escassa penetração do modelo de Estado Providência e uma diversidade cultural associada a situações de exclusão. Logicamente, a comunicação comunitária incidiu a sua reflexão original num modelo em que enfatizou a dimensão militante numa lógica de emancipação dos excluídos. Nos anos de 1970 e 80 o conteúdo da comunicação popular centrava-se na proposta de contestação ao status quo e na transformação da sociedade capitalista. Porém, a emergência da democracia no Leste Europeu e na América Latina centrou a atenção no alcance e eficácia política dos atores provenientes da sociedade civil. Novas temáticas foram sendo incluídas e verificaram-se mudanças nas linguagens e tipos de canais adequados ao momento atual. Simultaneamente, as características próprias da sociedade continuaram a ditar a existência de um discurso político que valoriza a ampliação dos direitos e deveres de cidadania. Esta permanência refletiu-se num número crescente de ONG, associações e movimentos organizativos de toda espécie e no sucesso das formas de comunicação comunitária associadas aos Fóruns Sociais de Porto Alegre (Peruzzo, 2004, pp. 3-4).

Em face destes fenómenos, as propostas deliberativas extraídas do contexto académico norte-americano e centro-europeu acabaram por constituir um importante segmento académico, nomeadamente no Brasil. Esta abordagem marcada já pelo contexto de democratização pós-guerra fria assume a configuração que alguns autores lhe atribuíram de um modo de regulação que procura responder ao défice de participação política que afetava, por toda a parte, as democracias liberais e acentua as oportunidades dos cidadãos de intervirem nas esferas de decisão sobre políticas públicas e administrativas dos governos (Gomes, Maia e Marques, 2011, p. 19-28) Logicamente, deseja-se que a ameaça de desenvolvimentos contrários a esta tendências que, infelizmente assombram, de modos distintos, o Brasil e a Europa, se não concretize.

A operacionalização desta abordagem assume, no caso da América Latina, alguns traços significativos que se fazem sentir sobretudo na ênfase frequentemente concedida ao reconhecimento enquanto combate à exclusão de grupos sociais (cf. Mendonça & Maia, 2009; Mendonça, 2011). O proble-

ma do reconhecimento revitaliza uma pluralidade de contextos de ação e de atores sociais que não coincidem com os tradicionais movimentos de classe.

Assim, há fronteiras sociais, culturais bem como o decurso da história política das últimas décadas que explicam estas diferenças teóricas, especificidades, deslocações e transições discursivas. Percebe-se uma enfatização dos problemas dos sujeitos sociais excluídos predominantes na América Latina e do problema da legitimidade e responsabilidade das decisões do Estado mais presente nas sociedades europeias.

Sendo verdade que estas duas abordagens não são, de todo mutuamente exclusivas (a responsabilidade e legitimidade das discussões política aumenta necessariamente com a inclusão de grupos sociais excluídos no debate público e vice-versa) é possível considerar uma estratégia e uma retórica relativamente diferenciadas, assim como um maior porosidade atribuída, nuns casos, aos órgãos do estado democrático que desencadeiam, eles próprios, mecanismos reflexivos e de debate ou permanecem suficientemente sensíveis às redes de sensores que atuam na sociedade civil (Habermas, 1997) e, noutros casos, dos agentes sociais que, nomeadamente através de ONG ou organizações populares de base, pugnam pela inclusão e visibilidade dos grupos marginalizados. Os recentes desenvolvimentos que não podem ser ignorados tornaram, porém, visível, a fragilidade das conquistas e o peso determinante dos contextos de dominação.

Do lado europeu, Portugal ocupa uma posição semiperiférica na construção desta topografia. Segundo Boaventura Sousa Santos (1985, p. 168), se forem tidos em conta os indicadores sociais normalmente utilizados para contrastar o primeiro e o terceiro mundos (classes sociais e estratificação social; relações capital trabalho; relações Estado/sociedade civil; estatísticas sociais, padrões sociais de reprodução; etc.), conclui-se facilmente que Portugal não pertence a nenhum desses dois mundos e que, se alguns indicadores o aproximam do primeiro, outros aproximam-no do terceiro. Mesmo que haja a relativizar este conceito e as numerosas mudanças nos

indicadores citados (basta recordar, entre as mais significativas, a diminuição da taxa de mortalidade infantil, as taxas de cobertura no âmbito da saúde e da educação e a acessibilidade), haverá que ter em conta que o que se pretende é precisamente identificar a existência de um percurso que permite a relação com mais de um modelo de desenvolvimento.

Enquanto identidade de fronteira (Santos, 1994, p. 53) por um lado, teve a influência resultante da vizinhança do modelo centro-europeu. Porém, conheceu também um desenvolvimento tardio do Estado Providência, a repressão das liberdades democráticas e o desenvolvimento capitalista adiado. O resultado deste desenvolvimento intermédio é também uma escassa maturação do dualismo Estado/sociedade civil. A sociedade civil pós-burguesa e pós-materialista que originou os discursos participativos e deliberativos conheceu aqui uma maturação tardia.

Nos anos 70, os movimentos sociais (alfabetização popular, por exemplo) manifestaram-se em formas de participação que se desenvolveram durante o processo que se seguiu à Revolução do 25 de Abril, mas a natureza autoritária de algumas “vanguardas” e os contextos de luta política da Guerra Fria tornaram difícil a sua afirmação democrática.

Nos anos 80, o Estado interventor deu lugar a um tardio Estado Providência que originou a necessidade de espaços de diálogo e de representação na sociedade civil e se traduziu no alargamento da participação aos parceiros sociais que adquiriram poder negocial e que recolocaram a questão da legitimidade das decisões e protagonistas no centro debate.

O desenvolvimento dos meios animou uma paisagem comunicativa associada a novas formas de questionamento da legitimidade. Entre os momentos que expressam novas práticas comunicativas ligadas ao questionamento da legitimidade do Estado encontra-se como caso exemplar a projeção pelas televisões privadas – através de um programa chamado “Praça Pública” – do escândalo dos doentes renais da Unidade de Hemodiálise do Hospital de Évora em 1993, durante o qual morreram 25 pessoas por efeito do elevado

teor de alumínio na água que chegava aquela Unidade de Saúde. Pela primeira vez, a existência de novos direitos sociais e reivindicações decorrentes da capacidade reivindicativa de camadas intermédias da população permitia de forma clara à discussão pública das consequências humanas (e políticas) de decisões normalmente que eram apresentadas como puramente técnicas. Da mesma forma, o chamado “Buzinão da Ponte” – colocando em causa a subida das portagens na Ponte 25 de Abril – colocava em cena uma classe média que valorizava uma mobilidade recentemente conquistada.

Portugal esteve sempre demasiado distante da Europa Central para poder assumir um tipo de racionalidade inerente à história cultural dos seus povos e deixou marcas no desenvolvimento do seu sistema capitalista. A chegada da União Europeia, apesar das patologias que ensombram a democraticidade do respetivo projeto, significou também a chegada tardia de uma nova geração de direito e de novas exigências e pretensões de validade, inseridas num espaço público diferenciado, marcado pela liberdade de expressão, pelo aparecimento de projetos concorrenciais de televisão e de rádio, por um convívio mais facilitado com outros países e níveis de desenvolvimento económico.

Portugal é atravessado por contradições que exigem a presença de discursos diferenciados sobre o papel da comunicação nos processos de desenvolvimento. Logicamente, a análise comparativa das especificidades e das convergências não poderá ser senão produtiva, uma vez estabilizada a existência de padrões comuns de análise. Nesse sentido, a construção de uma ponte entre estudos europeus e latino-americanos será também a operacionalização do estudo comparativo e partilhado das diferenças comunicacionais e das narrativas políticas. O reconhecimento da especificidades identitárias, assumido por um e outro lado, numa lógica de olhares cruzadas será fundamental para o estabelecimento/aprofundamento relações culturais. A retórica dos “países irmãos”, por vezes assumida de forma perigosamente condescendente ao sabor de conveniências políticas não pode ser subscrita pelos académicos: será mais prejudicial ao estabelecimento

de relações culturais sinceramente densas será menos produtiva do que o conhecimento cuidado e rigoroso das contradições, especificidades, diferenças e antagonismos que traçaram e traçam a nossa história comum. As Ciências Sociais em geral, com relevo para as Ciências da Cultura e para as Ciências da Comunicação desempenham um papel fundamental pois transportam a dimensão antropológica e relacional para processos que não se podem reduzir nem a à diplomacia nem à economia.

4. Conclusões

1. O modelo de globalização decorrente da presente ordem mundial sintetiza e integra processo de hegemonia e exclusão com oportunidades de reconhecimento e de afirmação.
2. As formas culturais atualmente em jogo na ordem mundial vivem entre o espaço tensional que se desenha entre vocações particularistas, frequentemente regressivas e comunitárias, e novas pretensões de hegemonia global.
3. O reconhecimento do potencial comunicativo do mundo da vida justifica uma orientação normativa em que a ordem jurídica plasma o reconhecimento como uma dimensão constitutiva das sociedades pluralistas, inclusivamente num plano global.
4. O reconhecimento do mesmo potencial comunicativo impede uma visão unilateral e instrumentalista das Tecnologias da Informação e da Comunicação.
5. As redes sociais não se reduzem a instrumentos manuseados por um sujeito empreendedor. Antes se inserem em redes sociais mais vastas nas quais as tensões contraditórias entre o potencial democrático e os mecanismos de dominação sistémica permanecem presentes. O próprio mundo da vida social e cultural é um arquétipo dessa rede com as suas possibilidades, patologias e dimensões.

6. Qualquer projeto lusófono só pode ser desenhado no âmbito de um processo dinâmico de reconhecimento mútuo que tem de incluir a comunicação e a cultura. Logo, não ocorrerão por tratado nem decreto nem se firmarão instantaneamente, mas por um trabalho exigente de reconhecimento das identidades e diferenças que passará por um estudo atento por parte das Humidades e da Comunicação.

Referências

- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. (1995). *Dialectic of Enlightenment*, London, Verso. (Dialektik der Aufklärung, 1944).
- BAUMAN, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BENJAMIN, W. (1987). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- CAREY, J. W. (2009). *Communication as culture: essays on media and society*. London, Routledge.
- CAUNE, J. (2008). “As relações entre cultura e comunicação: núcleo epistêmico e forma simbólica”. in *Líbero*, Ano XI - no 22 - Dez 2008.
- ENGELS, F. (1980). “Transformação do Macaco em Homem” in BAUMAN, Z. (Org.) *O Papel da Cultura nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Editorial Villa Marhta.
- ELIAS, N. (1980). *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- FOUCAULT, M. (2008). *O Nascimento da Biopolítica*, Curso dado no Collège de France, São Paulo, Martins Fontes.
- FRASER, N. (1992). “Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of the actually existing democracy”. In: Calhoun, Craig. *Habermas and the public sphere*. MIT Press, p. 109-142.
- GARNHAN, N. (2006). “Political economy and cultural studies” in Simon During (Ed.), *The Cultural Studies Reader*, London and New York, Routledge, 492-506.
- GEHLEN, A. (1993). *Antropología filosófica*, Barcelona, Paidós.

- GOMES, W.; MAIA, R. e Marques, F.P.J. (2011). Internet e participação política no Brasil, Porto Alegre, Sulina.
- HABERMAS, J. (1997/2012). Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo, Martins Fontes.
- HABERMAS, J. (1997). Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, volume II.
- HERMAN, E. e CHOMSKY, N. (2002) Manufacturing consent: the political economy of mass media, Vintage International Random House.
- HESMONDHALGH, D., Sarah Baker (2011). Creative Labour , Media work in three cultural industries, 2011, Routledge.
- HONNETH, A. (1997). La Lucha por el reconocimiento. Barcelona: Crítica.
- LASSWELL, H.D. (2009). “A estrutura e a função da Comunicação na sociedade” in João Pissarra Esteves (Org.), Comunicação e Sociedade, Livros Horizonte, pp. 51-63.
- LEMOES, A. (2002). Cultura das Redes. Salvador: EDUFBA.
- LOVINK, G. (2009). Dynamics of critical internet culture (1994-2001). Amsterdam: Institute of Network Cultures.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1975). Manifesto do Partido Comunista, Lisboa, Edições Avante.
- McLUHAN, M. (1974). Os meios de comunicação como extensões do homem (Understanding media). 4ª ed. São Paulo: Cultrix.
- MENDONÇA, R.F. (2011). Recognition and Social Esteem: A Case Study of the Struggles of People Affected by Leprosy. *Political Studies, early view*, pp. 1-19.
- MENDONÇA, R.F. (2009). Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- NAÍM, M. (2013) The end of power: from boardrooms to battlefields and churches to states, why being in charge isn't what it used to New York: Basic Books.

- PERUZZO, C.M.K. (2004). Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 3 ed. São Paulo: Vozes. 342 p.
- SANTOS, B.S. (1985). “Estado e Sociedade na Semiperiféria do Sistema Mundial: o Caso Português”, *Análise Social*, 87/88/89, 869-901.
- SANTOS, B.S. (1994) “Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira”, *Tempo Social*, 5, 1-2, 31-52.
- TAYLOR, C. (2003) *The Ethics of Authenticity*, Cambridge, Harvard University Press.

